

CONVÊNIO MARCO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL ENTRE O INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES E A UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Comparecem à assinatura do presente convênio marco, de um lado, o **Instituto de Altos Estudios Nacionales**, representado legalmente pelo Sr. GUILLAUME LONG, em sua qualidade de Reitor (responsável), designado mediante Decreto Executivo número 259, de 17 de março de 2013, instituição que de agora em diante e para os efeitos deste convênio será denominada IAEN; e, de outro lado, a **Universidade Federal da Integração Latino-Americana**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na Avenida Sílvio Américo Sasdeli, nº 1842, Edifício Comercial Lorivo, Vila A, inscrita no CNPJ sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representada por seu Reitor Pro Tempore, Professor Dr. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO, nomeado conforme a Portaria nº 652, de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2013, Seção 2, Página 14, do Ministério da Educação.

PRIMEIRA.- ANTECEDENTES:

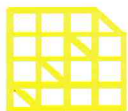
A UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: A Universidade Federal da Integração Latino-Americana é uma instituição de educação superior interessada na criação de um ambiente multicultural e interdisciplinar, com capacidade para produzir profissionais e pesquisadores focados no desenvolvimento econômico, social, cultural e político da América Latina num espírito de igualdade entre todos os povos e culturas do continente. Tem sua sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Brasil, tendo sido criada em 12 de janeiro de 2010. Tem como missão formar pesquisadores e profissionais geradores de pensamento sobre o futuro da América Latina nas áreas da Ciência Integrada, da Engenharia, das Ciências Humanas, da Literatura, da Arte e das Ciências Sociais e aplicadas. Suas atividades se desenvolvem nos níveis de graduação, pós-graduação e áreas de pesquisa.

O INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES: O Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN) foi constituído mediante o Decreto Supremo Nº 375-A, publicado no Registro Oficial Nº. 84 de 20 de junho de 1972, com a missão de estudar a problemática nacional e adquirir conhecimentos para a administração pública e a execução de políticas nacionais.

A Lei Orgânica de Educação Superior na Disposição Geral Nona reconhece o Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN) como a Universidade de Pós-graduação do Estado, com a missão de formar, capacitar e oferecer educação contínua, principalmente aos servidores públicos; pesquisar e gerar pensamento estratégico, com visão prospectiva sobre o Estado e a Administração Pública; desenvolver e implementar conhecimentos, métodos e técnicas relacionadas ao planejamento,

Handwritten initials in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES
LA UNIVERSIDAD DE POSGRADO DEL ESTADO



coordenação, direção e execução das políticas e da gestão pública.

3.- O IAEN e a UNILA estão interessados em estabelecer laços de cooperação no intuito de contribuir para a geração do conhecimento e do desenvolvimento de atividades científicas relacionadas aos processos de integração da América Latina.

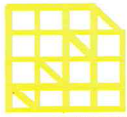
SEGUNDA.- OBJETIVO:

O presente convênio tem como objetivo estabelecer e delinear os mecanismos capazes de permitir a ambas as universidades realizar atividades conjuntas, que sejam de interesse para o cumprimento de suas funções legais e dos objetivos institucionais, mediante o aproveitamento de seus recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros.

TERCEIRA.- ÁREAS DE INTERESSE:

As partes irão analisar e definir, de mútuo acordo, as formas concretas de colaboração em benefício recíproco dentro das áreas ou campos de ação a seguir especificados, sem prejuízo de outros temas de interesse comum que possam vir a ser propostos:

- 3.1.** Capacitação: organização de cursos, conferências, seminários e oficinas naquelas áreas ou temáticas que forem consideradas.
- 3.2.** Intercâmbio de Professores: com a apresentação por escrito das certificações, atividades propostas, cartas convite e demais documentos que venham a ser requeridos de acordo com a legislação aplicável.
- 3.3.** Intercâmbio de Estudantes: com a apresentação das certificações correspondentes, cartas de aceitação da instituição de destino e demais documentos que venham a ser requeridos de acordo com a legislação aplicável.
- 3.4.** Intercâmbio de pessoal administrativo: com a apresentação de certificações, atividades propostas, uma carta convite e demais documentos que venham a ser requeridos de acordo com a legislação aplicável.
- 3.5.** Intercâmbio de publicações e informação científica e técnica sobre temas considerados de interesse pelas partes.
- 3.6.** Pesquisa conjunta, baseada em propostas específicas, qualificação dos participantes, aprovação das instituições e apoio de outras fontes de financiamento;
- 3.7.** Estudos e ações em projetos de investimento conjunto em atividades



empreendedoras de desenvolvimento tecnológico em nível nacional, local e institucional de acordo com as normas legais vigentes referentes a ambas as instituições e sob parâmetros de eficiência, rendimento e controle de riscos definidos conforme os respectivos interesses institucionais e sob o cumprimento estrito dos regulamentos e do controle assinalados pelas autoridades supervisoras de ambas as instituições.

- 3.8.** Fornecimento mútuo de serviços profissionais e institucionais nas respectivas áreas de excelência de cada instituição e sob as normas expressas vigentes que regem cada parte.
- 3.9.** Uso de instalações: utilização de laboratórios, equipamentos e acervo bibliográfico, para a execução das atividades conjuntas descritas no presente instrumento.
- 3.10.** Outras ações de cooperação: ações que não tenham sido especificamente mencionadas, mas que sejam consideradas relevantes no futuro por ambas as instituições envolvidas.

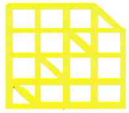
QUARTA.- DOS ACORDOS ESPECÍFICOS:

4.1. O desenvolvimento das atividades concretas que possam vir a ser acordadas e que sejam mencionadas no presente Convênio Marco serão executadas através de acordos específicos, nos quais serão detalhados os objetivos imediatos e concretos, as obrigações das partes, os prazos e qualquer outro aspecto que deva ser regulamentado, devendo-se fazer menção em tais documentos a este Convênio Marco.

4.2. Nos programas de cooperação que vierem a ser executados, deverão constar Plano de Trabalho específico, formulado em conjunto entre as instituições signatárias, contendo cronograma detalhado, previsão de recursos e demais disposições que manifestem a viabilidade de execução.

4.3. Os aludidos planos de trabalho deverão conter, conforme insculpido no §1º do Art. 116 da Lei nº 8.666/93, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) A identificação do objeto a ser executado;
- b) As metas a serem atingidas;
- c) As fases de execução das atividades;
- d) O plano de aplicação de recursos financeiros;



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES
LA UNIVERSIDAD DE POSGRADO DEL ESTADO



- e) O cronograma de desembolso;
- f) O cronograma de execução.

4.4. Finalizadas as atividades propostas no Plano de Trabalho, deverá ser apresentado um relatório de retroalimentação, demonstrando os resultados obtidos e os impactos efetivamente gerados.

QUINTA.- COMITÊ DE COORDENAÇÃO ACADÊMICA INTERINSTITUCIONAL:

Para facilitar a colaboração dos Convênios Específicos, sua execução e cumprimento, será constituído um Comitê de Coordenação Acadêmica Interinstitucional, integrado por um representante coordenador de cada uma das Instituições participantes. O Comitê de Coordenação Acadêmica Interinstitucional será responsável por planejar e propor às autoridades das instituições as ações conjuntas destinadas ao cumprimento do objetivo do presente convênio marco, bem como por delimitar as funções de cada instituição destinadas ao cumprimento das ações aprovadas.

Após a aprovação das ações pontuais mediante a assinatura de um convênio específico, este Comitê ficará encarregado de supervisionar o cumprimento das responsabilidades acordadas por cada instituição e, finalmente, deverá informar as autoridades máximas institucionais sobre o desenvolvimento das atividades motivo do convênio.

SEXTA.- OBRIGAÇÕES CONJUNTAS:

São estabelecidos os seguintes compromissos conjuntos das partes:

- 6.1.** Constituir uma equipe técnica e celebrar os convênios específicos correspondentes, para a execução das atividades programadas pelas partes.
- 6.2.** Estabelecer o respectivo orçamento econômico para financiar os projetos específicos, bem como as contribuições econômicas e de outra natureza que forem pertinentes.
- 6.3.** Ambas as instituições concordam que a intensidade e o tipo de cooperação prática está restrita aos recursos financeiros de cada instituição. Nesse sentido, o planejamento programático será adotado em função dessas restrições.
- 6.4.** Administrar os recursos que forem destinados à execução dos projetos derivados deste convênio e prestar contas de sua utilização perante as autoridades pertinentes.



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES
LA UNIVERSIDAD DE POSGRADO DEL ESTADO



SÉTIMA.- NATUREZA DO CONVÊNIO:

As partes concordam em especificar que, tratando-se de um Convênio Marco, o mesmo não supõe nem implica transferência de recursos econômicos nem pagamento de contraprestação alguma entre ambas as instituições.

OITAVA.- PRAZO DO CONVÊNIO:

O presente Convênio terá um prazo de cinco (5) anos contados a partir da data de assinatura, podendo sua vigência ser prorrogada através de um acordo assinado pelas partes.

Caso as partes considerem que o presente Convênio deve ser alterado por qualquer motivo, as alterações serão realizadas mediante a assinatura de um Adendo Modificador ao presente convênio.

NONA.- CONFIDENCIALIDADE:

O IAEN e a UNILA obrigam-se a guardar absoluta confidencialidade da informação com caráter de sigilosa ou confidencial à que possam ter acesso em virtude do desenvolvimento e cumprimento do presente convênio marco, ou dos convênios específicos dele derivados. Idêntica obrigação é assumida por todos os integrantes das equipes de trabalho de ambas as instituições.

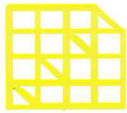
DÉCIMA.- ENCERRAMENTO DO CONVÊNIO:

O presente convênio será encerrado pelas seguintes razões:

- 10.1. Por cumprimento do prazo do Convênio.
- 10.2. Pelo descumprimento do objetivo e dos compromissos estabelecidos no presente convênio marco, mediante relatório prévio do Comitê de Coordenação Acadêmica Interinstitucional.
- 10.3. Por prévia petição de uma das partes mediante comunicação escrita, na qual se estabeleçam os motivos que impeçam o cumprimento dos compromissos contraídos, com um prazo de antecedência de noventa (90) dias corridos.
- 10.4. Por comum acordo entre as partes

DÉCIMA-PRIMEIRA:- VÍNCULO TRABALHISTA

Dada a natureza do presente convênio, fica estabelecido de forma expressa que nem o IAEN nem a UNILA adquirem vínculo trabalhista em relação ao pessoal da outra instituição que trabalhar na execução deste convênio e nos convênios específicos.



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES
LA UNIVERSIDAD DE POSGRADO DEL ESTADO



DÉCIMA-SEGUNDA:- DA PUBLICAÇÃO

Imediatamente após a assinatura do presente instrumento, caberá à UNILA proceder à publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido no parágrafo único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

DÉCIMA-TERCEIRA:- DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS:

O presente Convênio Marco é assinado tendo como base o princípio da boa fé, em razão do que as partes acordam que, caso venha a surgir entre elas alguma controvérsia relacionada à interpretação, execução ou ao eventual descumprimento deste Convênio, bem como dos acordos específicos do mesmo derivados, farão todo o esforço possível para chegar a um entendimento mediante o diálogo direto, o qual, devidamente formalizado, será incorporado ao presente documento.

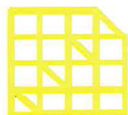
E para que conste, é assinado em três vias de igual teor e conteúdo.

Na cidade de Quito.

Dr. Guillaume Long
Reitor (responsável)
*Instituto de Altos Estudios
Nacionales*

Na cidade de Foz de Iguaçu

Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho
Reitor *Pro Tempore*
Universidade Federal da Integração Latino-Americana



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES
LA UNIVERSIDAD DE POSGRADO DEL ESTADO



CONVENIO MARCO DE COOPERACIÓN INTERINSTITUCIONAL ENTRE EL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES Y LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA

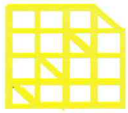
Comparecen a la suscripción del presente convenio marco, por una parte el **Instituto de Altos Estudios Nacionales** representado legalmente por el señor GUILLAUME LONG, en su calidad de Rector (Encargado), designado mediante Decreto Ejecutivo número 259 de 17 de marzo de 2013, institución a la que en adelante, y para efectos de este convenio, se conocerá como IAEN; y por otra parte la **Universidad Federal de Integración Latinoamericana**, autarquía vinculada al Ministerio da Educação de Brasil, con sede en la ciudad de Foz de Iguazú, Estado de Paraná, en la Avenida Silvio Américo Sasdeli, nº 1842, Edificio Comercial Lorivo, Vila A, inscrita en el CNPJ con el nº 11.806.275/0001-33, representada en este acto por su Rector Pro tempore, Profesor Dr. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO, nombrado conforme a la Circular nº 652, de 2013, publicada en el Diário Oficial da União de 24 de julio de 2013, Sección 2, Página 14, del Ministerio de Educación.

PRIMERA.- ANTECEDENTES:

LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA: La Universidad Federal de Integración Latinoamericana es una institución de educación superior interesada en la creación de un entorno multicultural e interdisciplinario, que tenga capacidad para producir profesionales e investigadores centrados en el desarrollo económico, social, cultural y política de América Latina en un espíritu de igualdad entre todos los pueblos y culturas del continente. Tiene su sede en la ciudad de Foz de Iguazú, Estado de Paraná, Brasil; y fue creada el 12 de enero de 2010. Tiene la misión el formar a investigadores y profesionales que generen pensamiento sobre el futuro de América Latina en las áreas de ciencia integrada, ingeniería, humanidades, literatura, arte, ciencias sociales y aplicadas. Sus actividades se desarrollan en los niveles de pregrado, postgrado y áreas de investigación.

EL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES: El Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), se constituye mediante Decreto Supremo N 375-A, publicado en el Registro Oficial No. 84 de 20 de junio de 1972, con la misión de estudiar la problemática nacional y adquirir conocimientos para la administración pública y la ejecución de políticas nacionales.

La Ley Orgánica de Educación Superior en la Disposición General Novena reconoce al Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN) como la Universidad de Posgrado del Estado, con la misión de formar, capacitar y brindar educación continua, principalmente a las y los servidores públicos; investigar y generar pensamiento estratégico, con visión prospectiva sobre el Estado y la Administración Pública; desarrollar e implementar conocimientos, métodos y técnicas relacionadas con la planificación, coordinación, dirección y ejecución de las políticas y la gestión pública.



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES
LA UNIVERSIDAD DE POSGRADO DEL ESTADO



3.- El IAEN y la UNILA, se encuentran interesados en establecer lazos de cooperación para contribuir a la generación del conocimiento y al desarrollo de actividades científicas relacionadas con los procesos de integración de América Latina.

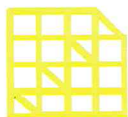
SEGUNDA.- OBJETO:

El presente convenio tiene por objeto establecer y delinear los mecanismos que permitan a las dos universidades realizar actividades conjuntas, que sean de interés para el cumplimiento de sus funciones legales y los objetivos institucionales, mediante el aprovechamiento de sus recursos humanos, materiales, tecnológicos y financieros.

TERCERA.- ÁREAS DE INTERÉS:

Las partes analizarán y definirán de mutuo acuerdo, las formas concretas de colaboración en beneficio recíproco dentro de las áreas o campos de acción que se detallan a continuación, sin perjuicio de otros temas de interés común que pueden proponerse:

- 3.1. Capacitación: Organización de cursos, conferencias, seminarios y talleres en aquellas áreas o temáticas que sean consideradas.
- 3.2. Intercambio de Profesores: Con la presentación por escrito de las certificaciones, actividades propuestas, carta de invitación y demás documentación que de acuerdo a la legislación aplicable, se requiera.
- 3.3. Intercambio de Estudiantes: Con la presentación de las certificaciones correspondientes y cartas de aceptación de la institución de destino y otros documentos que, de acuerdo con la legislación aplicable, se requiera.
- 3.4. Intercambio de personal administrativo: Con la presentación de certificaciones, actividades propuestas, una carta de invitación y demás documentación que según la legislación aplicable, se requiera.
- 3.5. Intercambio de publicaciones e información científica y técnica sobre temas considerados de interés por las partes.
- 3.6. Investigación conjunta, basada en propuestas específicas, cualificación de los participantes, aprobación de las institución y en el apoyo de otras fuentes financiadoras;
- 3.7. Estudios y Acciones en Proyectos de inversión conjunta en actividades emprendedoras de desarrollo tecnológico a nivel nacional, local e institucional de acuerdo con las normas legales vigentes que conciernen ambas instituciones y bajo parámetros de eficiencia, rendimiento y control de riesgos



definidos de acuerdo a los intereses institucionales respectivos y bajo cumplimiento estricto de regulaciones y controles indicados por las autoridades supervisoras de ambas instituciones.

- 3.8.** Provisión mutua de servicios profesionales e institucionales en los respectivos campos de fortaleza de cada institución y bajo las normas expresas vigentes que rigen a cada parte.
- 3.9.** Uso de instalaciones: Utilización de laboratorios, equipos y acervo bibliográfico, para la ejecución de las actividades conjuntas descritas en el presente instrumento.
- 3.10.** Otras acciones de cooperación: Acciones que no se encuentran específicamente mencionadas, pero que sean consideradas relevantes en el futuro por ambas instituciones involucradas.

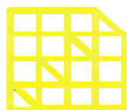
CUARTA.- DE LOS ACUERDOS ESPECÍFICOS:

4.1. El desarrollo de las actividades concretas que pudieran acordarse y que se mencionan dentro del presente Convenio Marco, serán ejecutadas a través de acuerdos específicos en los que se precisarán los objetivos inmediatos y concretos, obligaciones de las partes, plazos, y cualquier otro aspecto que debiera regularse, debiendo hacerse referencia en dichos documentos a este Convenio Marco.

4.2. En los programas de cooperación que se vayan a ejecutar, constarán Plan de Trabajo específico, formulado en conjunto entre las instituciones signatarias, incluyendo cronograma detallado, previsión de recursos y demás disposiciones que manifiesten la viabilidad de la ejecución.

4.3. Los aludidos planes de trabajo deberán contener como mínimo, según lo dispuesto en el §1º del Artículo 116 de la Ley nº 8.666/93, los siguientes elementos:

- a) La identificación del objeto a ser ejecutado;
- b) Las metas a ser alcanzadas;
- c) Las fases de ejecución de las actividades;
- d) El plan de aplicación de recursos financieros;
- e) El cronograma de desembolsos;
- f) El cronograma de ejecución.



4.4. Una vez finalizadas las actividades propuestas en el Plan de Trabajo, se deberá presentar un informe de retroalimentación, en el que se demuestren los resultados obtenidos y los impactos efectivamente generados.

QUINTA.- COMITÉ DE COORDINACIÓN ACADÉMICA INTERINSTITUCIONAL:

Para facilitar la colaboración de los Convenios Específicos, su seguimiento y cumplimiento, se constituirá un Comité de Coordinación Académica Interinstitucional, integrado por un representante coordinador de cada una de las Instituciones participantes. El Comité de Coordinación Académica Interinstitucional será responsable de planificar y proponer a las autoridades de las instituciones las acciones conjuntas destinadas al cumplimiento del objeto del presente convenio marco, así como delimitar las funciones de cada institución destinadas al cumplimiento de las acciones aprobadas.

Tras la aprobación de las acciones puntuales mediante la firma de un convenio específico, este Comité se encargará de supervisar el cumplimiento de las responsabilidades acordadas por cada institución y, finalmente, deberá informar a las máximas autoridades institucionales sobre el desarrollo de las actividades motivo del convenio.

SEXTA.- OBLIGACIONES CONJUNTAS:

Se establecen como compromisos conjuntos de las partes, los siguientes:

6.1. Constituir un equipo técnico y celebrar los convenios específicos correspondientes, para la ejecución de las actividades que programen las partes.

6.2. Establecer el respectivo presupuesto económico para financiar los proyectos específicos, así como los aportes económicos y de otra naturaleza que correspondan.

6.3. Ambas instituciones acuerdan que la intensidad y el tipo de cooperación práctica está restringida a los recursos financieros de cada institución. De este modo, la planificación programática se adoptará en función de esas restricciones.

6.4. Administrar los recursos que se asignen para la ejecución de los proyectos derivados de este convenio y rendir cuentas de su utilización antes las autoridades correspondientes.

SÉPTIMA.- NATURALEZA DEL CONVENIO:

Las partes convienen en precisar que, tratándose de un Convenio Marco, el mismo no supone ni implica transferencia de recursos económicos ni pago de contraprestación



alguna, entre ambas instituciones.

OCTAVA.- PLAZO DEL CONVENIO:

El presente Convenio tendrá un plazo de cinco (5) años contados a partir de la fecha de suscripción, pudiendo extenderse su vigencia a través de un acuerdo suscrito por las partes.

En el caso de que las partes consideren que el presente Convenio deba ser modificado por cualquier razón, los cambios se los realizará mediante la suscripción de un Anexo Modificatorio al presente convenio.

NOVENA.- CONFIDENCIALIDAD:

El IAEN y la UNILA se obligan a guardar absoluta reserva de la información con carácter de reservada o confidencial a la que pudieren tener acceso en virtud del desarrollo y cumplimiento del presente convenio marco, o de los convenios específicos derivados. Igual obligación asumen todos los integrantes de los equipos de trabajo de ambas instituciones.

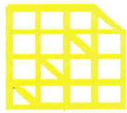
DÉCIMA.- TERMINACIÓN DEL CONVENIO:

El presente convenio se dará por terminado por las siguientes causas:

- 10.1. Por cumplimiento del plazo del Convenio.
- 10.2. Por el incumplimiento del objeto y de los compromisos establecidos en el presente convenio marco, previo informe del Comité de Coordinación Académica Interinstitucional.
- 10.3. Previa petición de una de las partes mediante comunicación escrita, en donde se establezca los motivos que imposibiliten el cumplimiento de los compromisos contraídos, con un plazo de anticipación de noventa (90) días calendario.
- 10.4. Por común acuerdo entre las partes

DECIMA PRIMERA:- RELACIÓN LABORAL

Por la naturaleza del presente convenio, que establecido de manera expresa que ni el IAEN y la UNILA, adquieren relación laboral con respecto al personal de la otra institución que trabaje en la ejecución de este convenio y en los convenio específicos.



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES
LA UNIVERSIDAD DE POSGRADO DEL ESTADO



DÉCIMA SEGUNDA:- DE LA PUBLICIDAD

Inmediatamente tras la firma del presente instrumento, corresponderá a la UNILA proceder a la publicación del extracto del presente instrumento en el Diálogo Oficial da União, dentro del plazo establecido en el párrafo único del Artículo 61 de la Ley nº 8.666/93.

DÉCIMA TERCERA:- DE LA SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS:

El presente Convenio Marco se suscribe sobre la base del principio de la buena fe, razón por la cual las partes convienen que, en caso de producirse alguna controversia entre ellas, relacionada con la interpretación, ejecución o eventual incumplimiento de este Convenio, así como de los acuerdos específicos derivados de éste, pondrán sus mejores esfuerzos para lograr mediante el diálogo directo, la que debidamente formalizada se incorporará al presente documento.

Para constancia firman tres ejemplares en español y tres en portugués, todos de igual valor y contenido.

En la ciudad de Quito

Dr. Guillaume Long
Rector (e)
Instituto de Altos Estudios Nacionales

En la ciudad de Foz de Iguazú

Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho
Rector Protempore
Universidad Federal de Integración Latinoamericana